



Passarinho: 4 filhos empregados

André Dusek/AE



Costa: 3 filhos pagos pelo Senado

André Dusek/AE

Não é preciso trabalhar para ter os privilégios

Imagine ser empregado de seu pai, filho, tio, irmão ou, melhor, não ter de cumprir horários, ficar três meses por ano de férias, e, ainda, receber um contracheque de NCz\$ 4.700 todo o final de mês. Sonho para quase todos os brasileiros, esta é a realidade de uns poucos privilegiados parentes de senadores, que ocupam o cargo de assessor técnico DAS-3 no Senado Federal.

Dos 75 senadores brasileiros, 37 empregam 91 parentes no Congresso, a maioria nos próprios gabinetes. Dos 37, nada menos que 28 entregaram o bem-remunerado cargo de assessor técnico a um parente direto. Esses mesmos senadores têm predileção, também, por ocupar os cargos de secretário parlamentar, salário médio de NCz\$ 1.505,00, a familiares de primeiro e segundo graus.

A presença de parentes que não trabalham, mas recebem altos salários, causa constrangimentos em alguns gabinetes do Senado onde se trabalha de fato, embora todos tratem o assunto com cautela, para não "ferir suscetibilidades de companheiros parlamentares", na definição de um senador que prefere falar no anonimato. Da tentativa do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que no ano passado queria proibir a contratação de parentes, ninguém mais se lembra.

Empregar filhos ou parentes nos gabinetes ou áreas estratégicas do Congresso é uma prática comum entre antigos senadores, como Alexandre Costa, do Maranhão, que tem os três filhos na Casa, entre eles, Alexandre Filho, ex-deputado

estadual maranhense. Humberto Lucena, da Paraíba, tem três filhos, genro e sobrinhos, enquanto Jarbas Passarinho, do Pará, conta com quatro filhos recebendo contracheques do Senado.

Muitos novos senadores descobriram que essa é uma boa prática para os cofres familiares. Pompeu de Souza, eleito pelo Distrito Federal em novembro de 86, empregou um filho, a nora e o genro. Meira Filho, também do DF, não deixou por menos e garantiu bons salários para os três filhos. Antônio Luiz Maia, eleito senador pelo Estado do Tocantins, em novembro passado, trouxe o irmão. E o empreguismo não tem coloração partidária. Do PMDB ao PDC, todas as legendas abrigam membros da família de seus parlamentares no Senado.

O assessor técnico e os três secretários parlamentares são os funcionários de confiança que cada senador tem direito de contratar. E sempre há uma justificativa para a contratação de parentes. "Como é um cargo de confiança, quando se termina o mandato o empregado deixa o Senado", diz o secretário parlamentar e filho do senador Chagas Rodrigues, do PSDB-PI, José Alexandre Caldas Rodrigues, salário de NCz\$ 1.505,00.

PERMANÊNCIA

O problema é que o funcionário pode até deixar o gabinete do senador que não tem mais mandato, mas, na maioria das vezes, não deixa o emprego. "Depois de viver oito anos em Brasília, tempo de mandato de um senador, se adaptar à cidade

e até constituir família, que já freqüenta escola, dificilmente o assessor quer ir embora, e encontra um jeito de permanecer funcionário do Senado", ensina um assessor da direção do Senado, que começou com um cargo de confiança em gabinete de senador. Essa permanência é facilmente comprovada com o aumento do quadro funcional do Senado, que passou de 945 empregados em 1964, para 6.157 hoje, embora o número de senadores tenha crescido apenas de 63 para 75.

Outro fato grave é que, se há assessores de confiança que podem ser encontrados com freqüência em seus locais de trabalho, como José Alexandre Rodrigues, outros raramente aparecem. É o caso da filha do senador João Castelo, do Maranhão, Maria Gardênia. Assessora técnica DAS-3, com salário de NCz\$ 4.700,00, dificilmente ela está no gabinete e, em casa, informa-se que "foi à escola". Na mesma função e com o mesmo salário está Tânia Luiza Mascarenhas Napoleão do Rego, ex-mulher do senador Hugo Napoleão, lotada em seu gabinete. Lá, pode-se saber sempre que ela está "viajando para o Rio de Janeiro".

O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro tem uma filha funcionária do Senado, Maria Laura Carneiro Victor, que se elegeu vereadora no Rio de Janeiro e pediu licença, passando a receber o salário da Assembléia Legislativa. Carneiro emprega ainda em seu gabinete um sobrinho, Miguel Carneiro, assessor técnico DAS-3, que é encontrado lá com freqüência.